

Oposição protocola CPI, e governo deve recorrer ao STF

ESCÂNDALO NO MEC

PLANALTO SOB PRESSÃO

Oposição entrega a Pacheco pedido de CPI do MEC, e governo prepara resposta no STF

CAMILA ZARUB, NATÁLIA PORTINARI E GERALDA DOCA

Em um novo revés para o presidente Jair Bolsonaro, a oposição no Senado formalizou ontem o pedido de abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) com o objetivo de investigar suspeitas de corrupção na gestão do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro.

Os governistas argumentam que, antes de abrir a CPI da oposição, Pacheco deve instalar outras três comissões que estavam na fila, respeitando a "ordem cronológica" dos pedidos.

Em outra frente, o Palácio do Planalto também tenta convencer senadores que assinaram a lista de apoio à CPI a retirar seus nomes.

Em abril, quando as primeiras denúncias de irregularidades no MEC vieram à tona, a iniciativa foi breçada pela base governista.



Investigação. O senador Randolfe Rodrigues (ao centro) e outros parlamentares anunciam que o pedido de CPI foi formalizado. governo organiza reação

Desde a prisão de Ribeiro, no último dia 22, o governo federal empenhou R\$ 3,2 bilhões do orçamento secreto, mecanismo utilizado pelo Palácio do Planalto para contemplar aliados em troca de apoio político.

CHUVA DE CPI
O pedido de abertura da CPI do MEC foi apresentado ontem pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) com 32 assinaturas, cinco a mais do que o mínimo necessário.

De acordo com o requerimento apresentado pela oposição, a CPI deverá ser composta por 11 titulares e 11 suplentes. O prazo do trabalho será de 90 dias, com orçamento previsto de R\$ 90 mil.

QUEM ASSINOU O REQUERIMENTO PARA A ABERTURA DA CPI DO MEC

Grid of portraits and names of senators who signed the request for the opening of the CPI of MEC, organized by political party: MDB, PT, PSDB, REDE, PSB, PODEMOS, PROS, PSD, PR, UNIÃO BRASIL, and CIDADANIA.

passadas; uma de Eduardo Cirão (Podemos-CE), sobre a atuação do narcotráfico no Norte e Nordeste do país; e outra de Plínio Valério (PSDB-AM), sobre a atuação de ONGs na Amazônia.

— Sempre há (possibilidade de recorrer ao STF). E, dessa vez, Randolfe (Rodrigues, líder da oposição no Senado) não está correndo sozinho, como na CPI da Covid — disse Portinho ao GLOBO.

No ano passado, diante da resistência de Pacheco para abrir a CPI da Covid, a oposição também foi ao Supremo. Na ocasião, o ministro Luís Roberto Barroso ordenou a instalação com o argumento de que era um direito da minoria caso a requisição apresentasse os requisitos mínimos exigidos: a assinatura de um terço dos integrantes da Casa; indicação de fato determinado a ser apurado; e definição de prazo certo para duração.

Desta vez, no entanto, a avaliação nos bastidores do STF é de que o imbróglio sobre a ordem das CPIs deverá ser dirimido pelo próprio presidente do Senado. Isso porque, para uma ala dos ministros, a questão a respeito de uma "fila" de comissões não é constitucional, mas, sim, discricionária.

DELEGADO DEIXA GRUPO

Enquanto a investigação no Senado ganha força, o delegado da Polícia Federal Bruno Calandrin, responsável pelo inquérito, informou que vai deixar o grupo da PF de Brasília que cuida de casos envolvendo políticos com foro privilegiado, conhecido como Cinq (Coordenação de Inquéritos).

De acordo com a PF, Calandrin já havia pedido para deixar o grupo no início do mês de maio, antes da deflagração da operação que resultou na prisão de Ribeiro. A sua saída foi autorizada com a condição de que ele continue à frente desse inquérito. (Cidaboru Aguiar Talento)

Cármem Lúcia cita 'gravidade' e pede que PGR opine sobre investigar Bolsonaro

ANDRÉ DESOUSA E MARIANA MUNIZ

A ministra Cármem Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), avaliou que as suspeitas de irregularidades no Ministério da Educação e de interferência do presidente Jair Bolsonaro na apuração são graves e mandou a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifestar sobre um pedido de investigação feito

pelos deputados Israel Batista (PSB-DF). O parlamentar quer que seja apurado o possível envolvimento do presidente no caso.

Após mencionar trechos do pedido, a ministra decidiu: "Considerando os termos do relato apresentado e a gravidade do quadro narrado, manifeste-se a Procuradoria-Geral da República."

Um inquérito aberto pela Polícia Federal apura a atuação de pastores lobistas na pasta durante a gestão do ex-

ministro Milton Ribeiro, que chegou a ser preso preventivamente na semana passada, mas depois foi solto. O presidente, porém, não é alvo da investigação.

POSSÍVEL INTERFERÊNCIA

A partir do parecer, em que a PGR vai dizer se concorda ou não com uma investigação do presidente, Cármem Lúcia vai analisar os próximos passos.

Israel Batista destacou em seu pedido que, "segundo o

próprio Ministério Público, há elementos que indicariam a possibilidade de vazamento das apurações no caso, com possível interferência ilícita por parte de Jair Bolsonaro". Também escreveu que há "o relato de que o investigado (Milton Ribeiro) manteve conversa telefônica com o senhor presidente da República, na qual teria sido advertido de Operação Policial em desfavor do mesmo, afirmando suspeitar de eventual busca e

apreensão de flagrante delito envolvendo o MEC.

Na lista de pedidos na gaveta de Pacheco está uma CPI proposta pelo líder do governo no Senado, Carlos Portinho (PL-RJ), sobre obras paradas do MEC em gestões

ral determinou o encaminhamento ao STF da investigação aberta contra Ribeiro. Nesse caso, ainda não houve decisão na Corte.

Na sexta-feira da semana passada, após o Ministério Público Federal (MPF) apontar indícios de vazamento da operação e "possível interferência ilícita por parte do presidente da República Jair Messias Bolsonaro nas investigações", os autos foram enviados ao STF pelo juiz federal Renato Borelli, que toca o caso.

Como presidente da República, ele pode ser processado apenas pelo STF.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política **Página:** 4